

A107407

A TRIBUNA — Vitória ES, quarta-feira, 27 de fevereiro de 1980

República Federativa do Brasil



Oficial
Argilano Dario
José...

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

COMARCA DE VITÓRIA, EM CARIACICA

ARGILANO DARIO, Oficial do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Vitória, em Cariacica, Estado do Espírito Santo, por nomeação na forma da lei, etc.

CERTIFICA E DA FÉ, atendendo pedido verbal da parte interessada, que revendo em seu poder e Cartório a seu cargo os livros de TRANSCRIÇÃO DAS TRANSMISSÕES, verificou que em nenhum deles consta registro feito na qual figure(m) IMOBILIZADA CASO GRANDE

..... como adquirente(s) ou comprador(es) (a) de situado neste Município. O referido é verdade e dou fé. Cariacica,

Eu Oficial que fiz datilografar, subscrevo e assino NA DATA SUPRA.

Nem mesmo o registro no Cartório de Registro Geral de Imóveis foi feito

Famílias vão à Justiça contra loteamento ilegal

Centenas de moradores do loteamento Campo Verde, da Imobiliária Campo Grande, de Cariacica, irão recorrer à Justiça principalmente contra Rogério Santório Fantini, um dos proprietários do loteamento denunciado como ilegal. Os lotes não foram registrados no Cartório de Registro de Imóveis de Cariacica e as pessoas que os adquiriram não podem sequer receber a escritura.

Para lutar contra a imobiliária — os seus proprietários, dizem os moradores, contam inclusive com a proteção de políticos de Cariacica — como do deputado Vicente Santório Fantini, pai de Rogério Fantini — as pessoas lesadas estão realizando reuniões semanais. Uma comissão de dez membros é encarregada dos contatos com as várias autoridades para encaminhar as reivindicações dos moradores.

CULPADOS

Além de Rogério Santório Fantini, outro membro da família Fantini está envolvido no loteamento irregular: na planta aprovada na Prefeitura de Cariacica — segundo os moradores "já caduca" pois o registro do imóvel não foi feito — constam como proprietários Luiz Carlos Moreira e Fernando Inácio Santório. O envolvimento de várias pessoas como proprietários e que se dizem responsáveis, inclusive recebendo o pagamento das prestações, vem causando problemas aos moradores, que não sabem a quem recorrer.

Mas a responsabilidade maior parece ser de Rogério Santório Fantini, porta-voz da família Fantini. "As promessas vêm de longe, todas endossadas pelo proprietário do loteamento", denunciaram ontem os membros da comissão de moradores, Maria da Conceição Lopes de Almeida, Alcício Ferreira e Alcendino Leandro Alves.

Quando fomos comprar o lote eles nos prometeram que dentro de 60 dias teríamos água, luz, esgoto. Tudo o que a gente precisa para não ter estes problemas todos", afirmou Alcendino Alves. Vários dos moradores estão em Campo Verde, que na verdade é apenas um matagal onde foram abertas algumas precárias vias de tráfego, há quase dois anos e ainda não receberam quaisquer melhorias anunciadas pelos proprietários da Imobiliária Campo Grande.

ABAIXO ASSINADO

"Nós estamos cansados de esperar o cumprimento das promessas de Rogério Santório Fantini, e resolvemos nos unir para lutar pelos nossos direitos. Fizemos um abaixo-assinado em outubro, com 287 assinaturas, pedindo o cumprimento das promessas. Este foi o nosso primeiro passo" explicou um dos moradores.

Confirmando o descaso dos órgãos municipais, preocupados "em arrancar os impostos da gente e nada mais", sem contar com a "omissão dos donos do terreno, que nos iludiram", Alcendino Leandro Alves disse que "mandaram levar o abaixo-assinado para a Prefeitura. Lá eles disseram que não tinham vendido lote a ninguém e que a gente tinha de voltar para a Imobiliária Campo Grande"

PRESSÕES

Pressionado pelos moradores, Rogério Santório Fantini afirmou, no final do ano passado, que o Incri não teria condições "de desmembrar o terreno", não explicando o porquê da medida nem a razão pela qual o loteamento não foi regis-

trado no Cartório de Registro de Imóvel de Cariacica.

Uma certidão desse cartório, emitida no mês passado, confirma que não consta registro de nenhum loteamento "Campo Verde" da Imobiliária Campo Grande. As denúncias através da Imprensa levaram Rogério Santório Fantini a afirmar que "não iria resolver nada sob pressão".

EXIGÊNCIA

Para realizar as obras de infra-estrutura prometidas por ocasião das vendas feitas pela imobiliária, Rogério Santório Fantini exigiu, em reunião feita com os moradores, Cr\$ 2 mil de cada comprador. A proposta do empresário foi prontamente recusada sob a alegação de que a maioria dos moradores ganham apenas salário mínimo para sustentar famílias grandes, além do que "a gente já tinha esses serviços de água e luz como certos, pois nos foram prometidos", salientaram.

Os lotes de Campo Verde foram vendidos por Cr\$ 46.400,00, divididos em prestações mensais de Cr\$ 600,00 por doze meses, Cr\$ 900,00 por mais um ano e Cr\$ 1.200,00 no último ano do pagamento das prestações.

Muitos dos que compraram os imóveis não tiveram condições de efetuar o pagamento. Os membros da comissão dos moradores afirmaram que o médico e empresário Rogério Santório Fantini determinou que mais de 80 lotes fossem tomados das pessoas que os compraram, devido ao atraso de três meses no pagamento das mensalidades.

DIREITO

Apesar das promessas de água, luz e demais benefícios não terem sido feitas por escrito, os compradores confirmaram que elas existiram e que foram o principal motivo para a compra do imóvel. "Nós recorremos à Comissão de Direito a Moradia da Comissão Justiça e Paz porque não tínhamos dinheiro para pagar o advogado. E agora vamos para a Justiça cobrar o que nos foi prometido", afirmaram os representantes dos moradores de Campo Verde.

Maria da Conceição Lopes de Almeida afirmou que os moradores sofrem mais durante o período de chuvas. — "Quando chove aqui, a gente não sabe se apanha água ou os detritos das fossas. É para discutir isto que nos reunimos todas as semanas. A gente não aguenta mais", disse a moradora.

ESCOLA

A comissão dos moradores fez um levantamento e constatou que 173 crianças da localidade estão sem escola. Ranilson Coutinho, superintendente da Prefeitura de Cariacica, esteve em Campo Verde no dia dez de fevereiro passado e prometeu a construção de uma escola com quatro salas de aula. Nenhuma providência foi tomada até o momento para concretizar a promessa do político, e as crianças são forçadas a andar 30 minutos, em meio ao mato, para chegar às escolas, localizadas em Cariacica ou Porto de Cariacica.

Mas as promessas não cumpridas pelo proprietário da imobiliária são as principais causas do desgosto dos moradores: "Como é que podem vender um loteamento com promessas falsas. Já aconteceu da pessoa terminar de pagar o lote e eles não passarem a escritura, por falta do registro. A Prefeitura já está cobrando o imposto predial, mas eles não dão a escritura. Só nos resta recorrer à Justiça para definir a nossa situação, pois o que fizeram conosco foi uma ladroagem", desabafou Maria de Almeida.

Sedu não esclarece irregularidade

Até o momento, a Secretaria de Educação não se manifestou a respeito da denúncia apresentada pelo deputado opositor Nelson Alves Aguiar, sobre o loteamento e doação de uma área à Prefeitura de Baixo Guandu. A área será destinada a construção de um Jardim de Infância, um Grupo Escolar, um mercado e uma praça ajardinada.

A afirmação foi feita, ontem, pelo deputado, ao afirmar que, há mais de uma semana enviou carta denúncia à Secretaria de Educação, notificando o fato, e que esta não lhe endereçou qualquer comunicado a respeito de providências que estivessem sendo tomadas, para apurar e impedir que a irregularidade prossiga.

Na carta que enviou ao secretário Stélio Dias, no dia 20 deste mês, e que foi protocolada sob o número 2263, o deputado esclarece que a área foi doada à Prefeitura de Baixo Guandu, através da lei Municipal nº 233, de 27 de dezembro de 1958. Segundo a denúncia, na área situada no Bairro Sapucaia, em Baixo Guandu, foi construída uma escola, hoje denominada "Escola de 1º Grau Lacerda de Aguiar".

A denúncia de que a administração municipal de Baixo Guandu está loteando a quadra ACF e doando os lotes a amigos e correligionários seus, foi feita por pais de alunos e professores, tendo, inclusive a orientadora da Escola, June Kriger, comunicado o fato ao deputado Aguiar, por telefone, o que o levou a ir até o local, apurar os fatos.

O deputado Nelson Aguiar diz ainda, na carta enviada à SEDU, que a própria diretora do esta-

belecimento de ensino, Carmem de Abreu Jank, apesar de se declarar vítima do uso de má fé, também recebeu um documento de posse de um dos lotes, que ela acredita tenha-lhe sido entregue no intuito de "silenciá-la".

— Agora que a coisa se tornou pública, com a construção de uma casa no local, a própria diretora terminou por revelar-me que, antes mesmo dela ocupar a direção da escola, tomara conhecimento de que toda a citada área seria, a posteriori, desocupada com demolições do prédio, "diz o deputado".

Esse fato ele aliou ao comportamento adotado pelo prefeito Alvim Ferreira, por ocasião da visita do secretário Stélio Dias ao Município. Nesta ocasião o prefeito decidiu que fosse analisado a parte, o caso da Escola "Lacerda de Aguiar", que a ele não interessava reformar, embora tenha recebido pela direção do colégio diversos apelos neste sentido.

— Confesso que o caso me cheira a escândalo, por isso quis comunicar ao secretário, antes de torná-lo do conhecimento público. Pelo que sei a chefia do Núcleo Regional de Colatina, a quem está ligado e o setor de ensino de Baixo Guandu, promoveram sindicâncias a partir das denúncias, e constataram a veracidade do fato. Mas, até o momento, não recebi da Secretaria de Educação, qualquer notícia de providências que possam estar sendo tomadas para evitar que o Estado venha a ser vítima de um prejuízo de alta monta", concluiu.